



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação dos serviços especializados de jardinagem, com fornecimento de sacos de lixo e disponibilização de equipamentos e ferramentas, para os prédios sede e anexos I e II do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRESC).

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

Os canteiros de plantas dos prédios sede e anexos do TRESC medem, aproximadamente, 87m². Na área externa e interna dos referidos edifícios, estão disponibilizados 160 vasos de plantas (aproximadamente). São cultivadas nesses canteiros e vasos variadas espécies ornamentais que exigem cuidados para o seu saudável desenvolvimento.

2.2. Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

Manter saudáveis as plantas ornamentais dos canteiros, vasos e floreiras dos prédios Sede e Anexos I e II, evitando a proliferação de insetos e pragas, a fim de contribuir para a melhoria das condições de trabalho e para a melhor apresentação estética dos ambientes.

2.3. Alinhamento Estratégico

A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção de jardins é considerada atividade de suporte. Dessa forma, não se verifica a possibilidade de conflito com outros serviços existentes no TRESC.

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Documento juntado ao PAE n. 25.405/2020.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda prevista corresponde à demanda contratada. Conforme registros da Seção de Apoio Administrativo – SADM -, o histórico da prestação desse serviço reflete a necessidade de 1 (um) profissional, com jornada mensal de 120 horas, das 7 h às 11 h, de segunda-feira à sexta-feira.

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Contratação dos serviços especializados de jardinagem - **1 (um) profissional** com jornada diária de 4 horas (segunda-feira à sexta-feira), com fornecimento de sacos de lixo (inclusive sacos apropriados para o descarte de lixo verde resultante das podas) e disponibilização de equipamentos e ferramentas, para os imóveis a seguir informados.

- Edifício Sede do TRESC - Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis
- Edifício Anexo I do TRESC - Rua Esteves Júnior, n. 80, Centro, Florianópolis
- Edifício Anexo II do TRESC - Rua Esteves Júnior, n. 157, Centro, Florianópolis



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A disponibilização de equipamentos e ferramentas necessários à realização dos serviços compreenderá, no mínimo, 1 (uma) mangueira (esguicho) de 3 metros com bico especial para jardinagem, sacho, regador, facão, pá de jardim, extrator de ervas daninha, tesouras para poda (grande e pequena), tesouras de pressão e pulverizador.

2.8. Serviços Adicionais

Diante de uma eventual demanda, superior à demanda prevista no ANEXO III (Tabela de Produtividade) deste Projeto Básico/Termo de Referência, que implique na necessidade de envolvimento de maior número de profissionais e/ou maior número de horas para sua execução, o Contratante poderá solicitar a prestação de serviços adicionais, na forma de **PACOTE DE SERVIÇOS ADICIONAIS**.

Cada pacote de serviços adicionais corresponderá à produtividade de um profissional durante uma hora. Por produtividade compreende-se organização de vasos nos ambientes, plantio de novas mudas, eliminação de pragas e poda emergencial ou programada.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

O quantitativo de vasos, floreiras e canteiros dos prédios sede e anexos I e II do TRESC serão executados por 1 (um) profissional diariamente, conforme cronograma da fiscalização do contrato. Dado que o objeto não comporta parcelamento, a adjudicação será global.

2.10. Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado pelo menor preço e conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse na prestação dos serviços, nas condições estipuladas pelo contratante.

2.10.1. Critérios de Habilitação

Para a habilitação do fornecedor deverão ser observados os seguintes critérios:

O licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem que o licitante possui capacidade na gestão de mão de obra de contratos dessa natureza.

2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

A licitação deverá ser por meio de pregão eletrônico, do tipo menor preço.

2.12. Impacto Ambiental

Não serão necessárias adequações do ambiente.

2.13. Obrigações da Proponente

Os proponentes, caso julguem necessário, poderão realizar visita técnica ao local de prestação de serviço, mediante agendamento prévio junto à chefia da Seção Apoio Administrativo, através do e-mail cis-sadm@tre-sc.jus.br.

2.14. Obrigações da Contratante

2.14.1 Promover. através de seu representante, o titular da Seção de Apoio Administrativo, ou seu substituto, ou seu superior imediato, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, o acompanhamento



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos. Anotando, na **Relação de Falhas do Acordo de Nível de Serviços – ANS** (ANEXO II deste Projeto Básico/Termo de Referência), as eventuais ocorrências que comprometam o atendimento às metas estabelecidas na contratação dos serviços por resultados.

2.14.2. Disponibilizar instalações sanitárias e local para vestiários; e

2.14.3. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar os serviços dentro das normas exigidas, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

2.15. Obrigações da Contratada

2.15.1. Responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados, por meios próprios ou mediante fornecimento de vale-transporte, para a cobertura do trajeto residência trabalho e vice-versa (inclusive quando da realização de serviço adicional).

2.15.2. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com este Tribunal, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

2.15.3. Manter, às suas expensas (sem ônus adicional a este Órgão), preposto(s) à disposição do TRESC, que permaneça(m) no local da execução dos serviços durante todo o expediente. A nomeação do(s) preposto(s) será por escrito, sendo permitido que este(s) seja(m) participe(s) da força de trabalho. O respectivo documento de nomeação deverá ser entregue ao CONTRATANTE, no mais tardar, no 1º dia de prestação dos serviços.

2.15.4. Os prepostos supracitados deverão assumir a responsabilidade dos serviços, até o seu recebimento definitivo, e deter poderes para deliberar sobre qualquer determinação da GESTÃO ou FISCALIZAÇÃO que se torne necessária.

2.15.5. Apresentar, previamente, a relação dos empregados que serão colocados à disposição do TRESC, com a respectiva avaliação individual, a qual deverá atender às exigências estabelecidas pelo Contratante, que poderá recusar os que não preencherem as condições necessárias para o bom desempenho do serviço.

2.15.6. Suprir toda e qualquer falta do(s) empregado(s) por outro profissional que atenda aos requisitos técnicos exigidos no Projeto Básico/Termo de Referência.

2.15.7. Apresentar seus empregados, para a execução dos serviços ora contratados, devidamente uniformizados, identificando-os através de crachás, com fotografia recente.

2.15.8. Para os serviços de jardinagem, a contratada deverá fornecer aos seus empregados **2 (dois) uniformes completos** a cada seis meses, devendo o primeiro ser fornecido no primeiro dia útil do início da execução do contrato. Os uniformes devem ser condizentes com o clima da região sul (estações do ano bem marcadas: verão e inverno).

2.15.8.1. o uniforme deverá ser composto por 01 (uma) calça e 01 (uma) jaqueta em tecido do tipo microfibra peletizada, 02 (duas) camisetas em tecido do tipo malha PV e um par de calçado fechado antiderrapante, 04 (quatro) pares de luvas próprias para jardinagem e 01 (uma) capa de chuva;

2.15.9 Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, como também aqueles referentes à segurança e à medicina do trabalho.

2.15.10. Responder por qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem a terceiro ou ao Contratante.

2.15.11. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

que tomar conhecimento em razão da execução do presente objeto, devendo orientar seus funcionários nesse sentido.

2.15.12. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando trabalhadores portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.

2.15.13. Realizar integralmente os serviços descritos neste Projeto Básico/Termo de Referência.

2.15.14. Executar os serviços adicionais solicitados pelo Contratante, iniciando a sua realização no prazo máximo de 2 (duas) horas após o pedido, consoante disposto no item 2.8 deste Projeto Básico.

2.15.15. prover todos os equipamentos e ferramentas necessários à execução dos serviços.

2.15.15.1. manter em bom estado de conservação as ferramentas e os equipamentos disponibilizados.

2.15.16. Comprovar a quitação das obrigações trabalhistas.

2.15.17. Substituir qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público.

2.16. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Conforme caracterização e composição do objeto descritos no subitem 2.7 deste Projeto Básico / Termo de Referência.

3.1.1. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até 31 de outubro de 2021, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

Florianópolis, em 7 de agosto de 2020.

Luciana Ferreira
Integrante Demandante

Kelly Rosana Yassuda
Integrante Técnico

João Batista Sarilho da Silva
Integrante Administrativo



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

O acompanhamento e a gestão do contrato dos serviços de jardinagem deverão ser efetuados pelo titular da Seção de Apoio Administrativo, ou seu substituto, ou seu superior imediato, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

1.1.1. Após a assinatura, para dar início à execução do ajuste, o Tribunal promoverá reunião com a Contratada, devidamente registrada em Ata, para esclarecimento das obrigações contratuais, nos termos do Artigo 30 da Resolução TSE n. 23.234/2010.

1.1.2. O titular da Seção de Apoio Administrativo, ou seu substituto, ou seu superior imediato, ficará responsável pelo acompanhamento e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, na **Relação de Falhas do Acordo de Nível de Serviços - (ANS)**, as eventuais ocorrências que comprometam o atendimento às metas estabelecidas na contratação dos serviços por resultados.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

1.2.1 A autorização para o início da prestação dos serviços será dada pela Seção de Apoio Administrativo, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

1.2.2. Os serviços serão prestados nos endereços das unidades da Justiça Eleitoral informadas na **Tabela de Produtividade** (Anexo III deste Projeto Básico/Termo de Referência).

1.2.3. O horário de funcionamento das unidades da Justiça Eleitoral para atendimento regular ao público inicia às 12h e se encerra às 19h. Os horários de prestação dos serviços de jardinagem estão indicados na TABELA DE PRODUTIVIDADE (Anexo III deste Projeto Básico/Termo de Referência).

1.2.4. Eventualmente, poderão ser realizados serviços em horas suplementares, inclusive aos sábados, domingos e feriados, conforme Item 2.8 deste Projeto Básico/Termo de Referência (**Pacotes de Serviços Adicionais**).

1.2.5. Os serviços serão considerados executados com a qualidade mínima exigida desde que atendam, NO QUE COUBER, à seguinte **Rotina de Execução dos Serviços e Metodologia de Execução**.

1.2.5.1. a manutenção dos vasos internos e externos, dos canteiros e das floreiras será executada sequencialmente, conforme cronograma elaborado pela fiscalização do TRESC; e

1.2.5.2. a poda e a pulverização serão realizadas quando necessárias, com vistas ao devido desenvolvimento da planta.

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora da licitação.

Para fins de solicitação de pacotes de serviços adicionais (Item 2.8 deste Projeto Básico/Termo de Referência) e de acompanhamento e avaliação dos serviços ("**Relatório ANS**", Anexo II deste Projeto Básico/Termo de Referência), o TRESC valer-se-á de encaminhamentos de e-mails e realização de telefonemas para a Contratada.

O modelo de Relatório ANS consta do Anexo II deste Projeto Básico/Termo de Referência.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.4. Acompanhamento do Contrato

Responderá pelo acompanhamento e a gestão da contratação o titular da Seção de Apoio Administrativo, ou seu substituto, ou seu superior imediato, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993.

O preço a ser estabelecido em contrato para a realização dos serviços objeto deste Projeto Básico se refere à execução com a qualidade mínima exigida. Portanto, a execução dos serviços contratados que não atinja os níveis de qualificação mínima pretendidos importará pagamento proporcional ao realizado, nos termos do Artigo 15 da Resolução TSE n. 23.234/2010.

Os gestores do contrato ficarão responsáveis pelo acompanhamento e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, na Relação de Falhas do **Acordo de Nível de Serviços (ANS)**, as eventuais ocorrências que comprometam o atendimento às metas estabelecidas na contratação dos serviços por resultados.

Tais ajustes visam:

- 1) assegurar ao CONTRATANTE o recebimento dos serviços em consonância com as metas estabelecidas neste projeto básico; e
- 2) aplicar a dedução prevista na Res. TSE 23.234/2010 no pagamento à CONTRATADA quando da ocorrência de falhas na execução.

Terminado o mês de prestação dos serviços, o representante do CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA até o dia 7 (sete) do mês seguinte o **“Relatório do Acordo de Nível de Serviços - ANS”**, que conterá, no mínimo:

- Número do processo administrativo de contratação que deu origem ao contrato;
- Número do Contrato;
- Partes Contratuais;
- Síntese do objeto;
- Relação de falhas; e
- Fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços.

O gestor manterá controle gerencial acerca das quantidades de postos de trabalho e de prestação dos serviços, a fim de subsidiar a estimativa para as futuras contratações.

1.5. Recebimento Provisório e Definitivo

Os serviços serão recebidos provisória e definitivamente, pelo gestor do contrato, [sendo:](#)

a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.6. Pagamento

O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

1.7. Qualificação Técnica

Caberá à contratada selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando trabalhadores portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.

1.8. Descumprimento Contratual

Se a Contratada descumprir as condições do contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas.

1.9. Penalidades

1.9.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições da licitação ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

1.9.2. São situações ensejadoras de aplicação de penalidades:

1.9.2.1. Durante os três meses que antecedem o pleito eleitoral, caso os serviços prestados pela Contratada incidam na Faixa 5 (cinco) da “Tabela de Falhas e Efeitos Remuneratórios” deste Projeto Básico, por um mês, a situação será considerada de natureza GRAVÍSSIMA, sujeitando a Contratada à multa de 20% sobre o valor da fatura, sem prejuízo do desconto relativo à tabela mencionada.

1.9.2.2. A inobservância dos prazos legais para o cumprimento das obrigações trabalhistas e das contribuições sociais (INSS e FGTS) será considerada situação de natureza GRAVE, sujeitando a Contratada à multa de 10% sobre o valor da fatura.

1.9.2.3. Na hipótese de incidência dos serviços prestados pela Contratada na Faixa 5 (cinco) da “Tabela de Falhas e Efeitos Remuneratórios”, Acordo de Nível de Serviço – ANS (Anexo II deste Projeto Básico), por dois meses consecutivos, ou três meses alternados, no mesmo exercício financeiro, a situação será considerada de natureza GRAVE, sujeitando a Contratada à multa de 10% sobre o valor da fatura, sem prejuízo do desconto relativo à tabela mencionada.

1.9.2.4. A interrupção ou o subdimensionamento da prestação dos serviços em decorrência da falta de pessoal sujeitará a contratada às multas elencadas na(s) tabela(s) abaixo, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais.

Tabela 1 (a ser aplicada nas hipóteses de falta nos serviços de jardinagem executados nos prédios Sede e Anexos)

Quantidade de Faltas de 1 (um) funcionário de 4 horas	Multa
1 faltas/mês	2 %
2 faltas/mês	5%
2 a 3 faltas na semana	10%
4 ou mais faltas/mês	15%



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.9.2.5. Caso haja descumprimento dos demais deveres da Contratada, ressalvados aqueles fixados no Acordo de Nível de Serviço, a situação será considerada de natureza LEVE, sujeitando a Contratada à penalidade de advertência.

1.9.2.6. Havendo reincidência nas situações ensejadoras de penalidade, a Contratada será penalizada com base na situação de natureza imediatamente superior, e em se tratando de reincidência de situação GRAVÍSSIMA, tal fato pode implicar rescisão contratual.

1.9.2.7. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas;
- j) cometer fraude fiscal; e
- k) não entregar a amostra do produto ofertado.

1.9.2.7.1. Para os fins do contido na alínea “h” do subitem 1.9.2.7, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

1.9.2.8. Para os casos não previstos no subitem 1.9.2.7, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;
- c) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;
- d) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado total do contrato;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.9.2.8.1. As sanções estabelecidas no subitem 1.9.2.7 e na alínea “f” do subitem 1.9.2.8 são de competência do Presidente do TRESC.

1.9.2.9. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no início da execução dos serviços sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s).

1.9.2.9.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do contrato.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ANEXO II - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS

O preço a ser estabelecido no contrato para a realização dos serviços objeto deste Contrato se refere à execução com a qualidade mínima exigida. Portanto, a execução dos serviços contratados que não atinja os níveis de qualificação mínima pretendidos importará pagamento proporcional ao realizado, nos termos do Artigo 15 da Resolução TSE n. 23.234/2010.

Os gestores do contrato ficarão responsáveis pelo acompanhamento e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, na Relação de Falhas do Acordo de Nível de Serviços (ANS), as eventuais ocorrências que comprometam o atendimento às metas estabelecidas na contratação dos serviços por resultados.

Tais ajustes visam: 1) assegurar ao CONTRATANTE o recebimento dos serviços em consonância com as metas estabelecidas neste Contrato; e 2) aplicar a dedução prevista na Res. TSE n. 23.234/2010 no pagamento à CONTRATADA quando da ocorrência de falhas na execução. Terminado o mês de prestação dos serviços, o representante do CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA até o dia 7 (sete) do mês seguinte o "Relatório de Serviços Verificados e Qualidade Percebida", que conterá, no mínimo:

- Número do processo administrativo de contratação que deu origem ao contrato;
- Número do Contrato;
- Partes Contratuais;
- Síntese do objeto;
- Relação de falhas; e
- Fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços.

Nos termos do Artigo 16 da Res. TSE n. 23.234/2010, nas primeiras ocorrências, o não atendimento das metas estabelecidas pelo TRESP poderá ser objeto apenas de notificação.

Relatório de Serviços Verificados e Qualidade Percebida	
Processo Administrativo de Contratação n.	Contrato n.
Contratante: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	
Contratada:	
Objeto: Prestação dos serviços de jardinagem nos prédios Sede e Anexos I e II.	
Mês/ano da verificação:	
Relação de falhas (Utilizada como forma de mensuração dos resultados obtidos na prestação de serviços de jardinagem, inclusive na prestação dos serviços adicionais)	

RELAÇÃO DE FALHAS	
FALHA 1	Inobservância da utilização de uniforme, uso de uniforme incompleto ou uniforme excessivamente danificado/sujo.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pelo gestor do contrato.
OBSERVAÇÃO: No caso de serviços executados por mais de um funcionário, a quantidade de falha registrada corresponderá ao número de funcionários que nela incorrerem em um mesmo dia.	



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Data da ocorrência:	Descrição sintética:
FALHA 2	Inobservância da manutenção das variedades e quantidades de materiais e/ou ferramentas e equipamentos necessários à adequada execução dos serviços.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pelo gestor do contrato, que anotará o tipo de material ou utensílio indisponível.
OBSERVAÇÃO: A falta de cada material e/ou ferramenta/equipamento será considerada falha individual, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data.	
Data da ocorrência:	Descrição sintética:
FALHA 3	Inobservância da rotina ou da metodologia da prestação dos serviços, irregularidade relativa ao efetivo horário da prestação, como atrasos, por exemplo, bem como inobservância do cronograma de atividades elaborado pela gestão do contrato, sem que haja justificativa coerente.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pelo gestor do contrato, que descreverá a prática adotada em desacordo com a metodologia estabelecida no contrato ou a atividade que deixou de ser executada com relação à rotina determinada.
OBSERVAÇÃO: Os registros das falhas serão individuais, ou seja, a cada prática em desacordo com o contrato corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data.	
Data da ocorrência:	Descrição sintética:
FALHA 4	Resultado ineficiente da manutenção/serviço, como, por exemplo, podas e manutenções mal realizadas, etc.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pelo gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência.
OBSERVAÇÃO: A comunicação ao gestor poderá ser feita mediante correspondência eletrônica. Os registros das falhas serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data.	
Data da ocorrência:	Descrição sintética:
FALHA 5	Falta de cordialidade no trato com os servidores e usuários.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

AFERIÇÃO	Condicional à apuração da ocorrência pelo gestor do contrato.
OBSERVAÇÃO: O gestor registrará a falha acompanhada de informações sobre o fato ocorrido.	
Data da ocorrência:	Descrição sintética:

Instrução de preenchimento: Na ocorrência de falha(s), proceder-se-á ao(s) registro(s) no(s) item(ns) específico(s), indicando-se sinteticamente o dia e o fato gerador.

Tabela de efeitos remuneratórios (Fator de aceitação):

Falha	1	2	3	4	5	FATOR DE ACEITAÇÃO (TOTAL DA LINHA NÚMERO CORRIGIDO)
Total de ocorrências						
Tolerância (-)	1	1	1	1	0	
Excesso falhas (=)						
Peso (X)	6	8	8	8	8	
Número corrigido (=)						

Observação: Não serão considerados valores negativos, que deverão ser lançados na tabela com valor 0 (zero).

Instruções de preenchimento:

- as falha(s), previamente registrada(s) na “RELAÇÃO DE FALHAS”, serão contabilizadas e cada total será registrado na linha TOTAL DE OCORRÊNCIAS;
- após, proceder-se-á às deduções relativas à “TOLERÂNCIA”, a fim de se obter os números referentes aos “EXCESSOS DE FALHAS”;
- encontrados os EXCESSOS DE FALHAS, estes devem ser multiplicados pelo respectivo “PESO” e os produtos devem ser registrados na linha “NÚMERO CORRIGIDO”; e
- por fim, proceder-se-á à soma da linha “NÚMERO CORRIGIDO”, obtendo-se, assim, o “FATOR DE ACEITAÇÃO”.

EFEITOS REMUNERATÓRIOS relativos aos serviços de limpeza:

Faixa 01 – Fator de Aceitação TOTAL: 100% de avaliação dos serviços;
Faixa 02 – Fator de Aceitação de 01 a 25: 95% de avaliação dos serviços;
Faixa 03 – Fator de Aceitação de 26 a 50: 90% de avaliação dos serviços;
Faixa 04 – Fator de Aceitação de 51 a 75: 85% de avaliação dos serviços;
Faixa 05 – Fator de Aceitação de 76 a 100 ou > de 100: 80% de avaliação dos serviços e penalização conforme contrato.

Observação: A Contratada fará jus ao percentual do valor pactuado equivalente a cada uma das cinco faixas, conforme o fator de aceitação calculado de acordo com a tabela acima.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ANEXO III – TABELA DE PRODUTIVIDADE

JARDINAGEM DOS PRÉDIOS SEDE E ANEXOS
1 (UM) Profissional das 7h às 11h – 120 h mensais
ROTINA DIÁRIA DOS SERVIÇOS DE JARDINAGEM NOS PRÉDIOS SEDE E ANEXOS
a) preparar adequadamente o solo/vaso para o plantio de plantas ornamentais; identificar plantas de sol e sombra;
b) adaptar plantas a novos ambientes;
c) indicar espécies adequadas aos ambientes do TRESC e prédios anexos;
d) reconhecer, plantar e manter as espécies cultivadas;
e) identificar os principais tipos de pragas e doenças que acometerem as plantas cultivadas nos ambientes onde serão executados os serviços, bem como ministrar o procedimento adequado a sua erradicação; e
g) indicar a época adequada à poda das plantas.
Estes, além de outros procedimentos que se mostrarem necessários e que não exorbitem o ajuste, constarão do cronograma, semanal ou mensal, elaborado pela fiscalização do contrato.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ANEXO IV - PLANO DE TRABALHO

1. Objeto da Contratação

Contratação dos serviços especializados de jardinagem, com fornecimento de sacos de lixo e disponibilização de equipamentos e ferramentas, para os prédios sede e anexos I e II do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRESC).

2. Equipe de Planejamento

Integrante Demandante	Luciana Ferreira
Substituto	Kelly Rosana Yassuda
Integrante Técnico	Kelly Rosana Yassuda
Substituto	Luciana Ferreira
Integrante Administrativo	João Batista Sarilho da Silva
Substituto	Geraldo Luiz Savi Júnior

3. Necessidade / Motivação

Os canteiros de plantas dos prédios sede e anexos do TRESC medem, aproximadamente, 87m². Na área externa e interna dos referidos edifícios, estão disponibilizados 160 vasos de plantas (aproximadamente). São cultivadas nesses canteiros e vasos variadas espécies ornamentais que exigem cuidados para o seu saudável desenvolvimento.

4. Justificativa

Contratação de empresa para prestação de serviços de jardinagem, adequados à boa apresentação estética, garantia das condições de saúde do ambiente e preservação do patrimônio.

5. Valor estimado

Com base no contrato atualmente vigente, estima-se um custo anual de R\$ 31.463,88.

6. Demanda prevista e quantidade a ser contratada

A demanda prevista corresponde à demanda contratada. Conforme registros da Seção de Apoio Administrativo – SADM -, o histórico da prestação desse serviço reflete a necessidade de 1 (um) profissional, com jornada mensal de 120 horas.

7. Resultados e benefícios esperados

Plantas saudáveis e adequada apresentação estética dos canteiros, vasos e floreiras que contribuem para a ornamentação dos prédios Sede e Anexos I e II.